

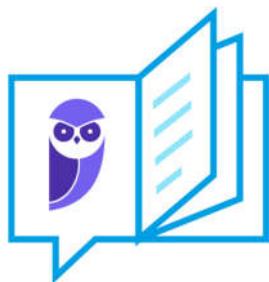
Aula 00

*Passo Estratégico de Discursivas em 10
Passos p/ TJDFT - 2021 Pré-Edital*

Autor:
Carlos Roberto

02 de Agosto de 2020

Apresentação 2
Passo 1 – Como analisar o comando da prova discursiva 3
Passo 2 – Aplicando a técnica do “Brainstorming” 8



Passo Estratégico



APRESENTAÇÃO

Olá, futuro(a) servidor(a). Tudo certo? Iniciaremos, nesta aula, nosso curso de **Discursivas em 10 Passos p/ TJDFT**. Para mim, trata-se de um grande desafio, haja vista que a prática textual requer certos pré-requisitos teóricos que “abrem” a mente do aluno.

Contudo, acredito, sim, que há alguns atalhos que podemos percorrer, e esse será nosso objetivo neste curso.

Meu intuito é que, ao final dos **10 Passos**, você se sinta “confortável” para fazer uma boa prova discursiva, de modo a enxergar as principais características da banca examinadora, o que ela quer do candidato e, principalmente, como entregar a ela o conteúdo solicitado.

A princípio, devo lhe alertar que não será da noite para o dia que você estará apto a resolver, com eficiência, uma prova discursiva. A habilidade da escrita se adquire gradativamente, com muito esforço e dedicação. Ninguém se torna um mestre da arte de escrever depois de ler um livro ou um curso que trata de técnicas de redação. Pode acreditar! Este é apenas o **primeiro passo**! Escrever bem é algo que se desenvolve com o tempo e por meio de muito treinamento. Lembra-se de quando estávamos escrevendo nossas primeiras redações? A professora dizia que, para escrever bem, era necessário ler muito. Pois é, ela tinha toda razão!

O hábito da leitura influencia decisivamente na escrita. Somente por meio da leitura habitual é que uma pessoa consegue escrever com naturalidade. O aluno, naturalmente, deve ler muito para absorver todo o conteúdo necessário à aprovação. Mas nossa sugestão é que você se dedique a ler com o objetivo de, além de absorver conteúdo, entender como o autor estrutura suas frases ao longo do texto. Nesse tipo de **leitura crítica**, busque ser bastante detalhista, observando a estrutura do texto, o tamanho das frases, a coesão e a coerência textual.

Antes de iniciarmos, gostaria de apresentar-me.

*Sou o professor **Carlos Roberto**, formado em Ciências Contábeis e Atuariais pela Universidade de Brasília – UnB, pós-graduado em Controladoria Governamental e, também, em Linguística Aplicada. Durante dez anos (2003-2013), fui servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT e, atualmente, ocupo o cargo de Analista da carreira de Especialista do Banco Central do Brasil – BCB. No **Estratégia Concursos**, sou Professor, Coach e Coordenador dos cursos de **discursivas** e do serviço de **recursos** para provas discursivas.*

É importante que vocês saibam que o acompanhamento deste curso não dispensa o estudo do nosso curso regular, no qual trabalhamos todos os aspectos atinentes à prática-textual, do básico ao avançado. Entretanto, para quem gosta de um estudo dinâmico, você terá em mãos uma excelente ferramenta.

Desejo um excelente curso a todos nós!

Prof. Carlos Roberto



PASSO 1 – COMO ANALISAR O COMANDO DA PROVA DISCURSIVA

A base para qualquer produção textual em provas discursivas é dominar a estrutura dissertativa. Dominando-a, é possível redigir excelentes textos, independentemente de como a banca apresentará o comando da questão.

Normalmente, há quatro possibilidades de cobrança: **dissertação argumentativa**, **dissertação expositiva**, **questão discursiva** e **estudo de caso**.



Quando o edital do concurso cobra textos acerca dos **conhecimentos específicos** exigidos para o cargo, podemos dispensar a cobrança de texto “essencialmente” argumentativo. Isso ocorre, normalmente, quando há cobrança de temas de atualidades ou sobre assuntos gerais.

Teoricamente, a **questão discursiva** e o **estudo de caso** são espécies do gênero **dissertação expositiva**. Contudo, na prática, temos visto uma verdadeira “mistura” entre essas tipologias textuais dentro de um mesmo texto, pois devemos seguir à risca o roteiro apresentado nos tópicos questionadores, quando houver.

Antes de avançarmos, é importante revisar as características da dissertação expositiva e da argumentativa.

- **Dissertação expositiva:** como o próprio nome já sugere, é um tipo de texto em que se expõem as ideias e o conhecimento a respeito de determinado assunto. O objetivo não é fazer o examinador concordar com eles, mas, tão somente, considerá-los coerentes.
- **Dissertação argumentativa:** esse é o tipo de texto mais comum e conhecido por todos. Nela o intuito é convencer o leitor, persuadi-lo a concordar com a ideia ou com o ponto de vista exposto. Isso se faz por meio de várias formas de argumentação, utilizando-se de dados, estatísticas, provas, opiniões relevantes, etc.



No curso regular, nós detalhamos, previamente, as características de cada uma dessas tipologias antes de analisarmos alguns comandos de provas. Aqui, faremos da forma inversa, ou seja, veremos alguns comandos de provas para extrairmos as informações primárias e essenciais para construir o texto. Combinado?

Veja este **primeiro exemplo**:

(Trabalhado em curso anterior) Escreva um texto dissertativo acerca dos Princípios Institucionais do Ministério Público, mencionando necessariamente os seguintes pontos:

- *Cite e explique cada um dos Princípios explicitamente previstos na Constituição Federal de 1988;*
- *Explique do que se trata o Princípio do Promotor Natural, mencionando sua aceitação pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal;*
- *Aborde a aplicabilidade do princípio da hierarquia ao Ministério Público.*

Pois bem, pessoal. O primeiro aspecto que temos de prestar atenção é se a banca apresentou um comando aberto ou fechado.

- *O que seria isso, professor?*
- *Explicarei!*

Há provas discursivas em que a banca nos apresenta **Temas** sem **Tópicos** questionadores. São **QUESTÕES ABERTAS** cujos tópicos são definidos pelo próprio candidato.

Exemplo de **QUESTÃO ABERTA**:

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5.º, inciso XI.

Aqui, o examinador pediu ao candidato, de forma aberta, para redigir um texto dissertativo sobre a inviolabilidade domiciliar. Perceba que os **Tópicos** a serem abordados serão escolhidos pelo próprio redator. **É muito importante defini-los, na folha de rascunho, antes de iniciar a produção do texto.**

Por outro lado, há provas discursivas nas quais o examinador apresenta os **Tópicos** questionadores de forma enumerada. Para esse tipo de prova, o candidato pode utilizar a **Estrutura Formal “Moderna/Simplificada”** e responder tão somente ao que está sendo questionado em cada um deles, dispensando-se os parágrafos de introdução e de desenvolvimento. São **QUESTÕES FECHADAS!**

Exemplo de **QUESTÃO FECHADA**:

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo acerca da inviolabilidade domiciliar, garantida pela Constituição Federal no art. 5.º, inciso XI. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) Conceito de domicílio para a Constituição Federal;



- b) Hipóteses de admissibilidade de violação domiciliar;
- c) Autoridades com poder de ordenar a violação domiciliar.

Voltemos ao comando do exemplo que apresentamos. Perceberam que há três tópicos questionadores? Pois é! Estamos diante de uma questão fechada, ou seja, **seu objetivo será responder a cada um deles**.

Agora, gostaria que você lesse novamente o comando da questão para me responder a seguinte pergunta:

A banca examinadora está solicitando do candidato alguma ideia a ser defendida ou apenas uma exposição de conceitos e de conhecimentos acerca de determinado assunto?

Está claro, aqui, que estamos diante de um texto **dissertativo expositivo**. Trata-se de conhecimentos (constitucionais e jurisprudenciais) acerca dos princípios e competências que envolvem o Ministério Público.

Se você conseguiu distinguir isso, ÓTIMO! Já deu um grande passo! Seu próximo objetivo será definir a estrutura textual a ser utilizada e os pontos semânticos que a comporão. Contudo, veremos isso nas próximas aulas!

Agora, quero apresentar um **segundo exemplo**.

(Trabalhado em curso anterior) União não pode criar lista para diferenciar candidato que questiona concurso.

Não é possível separar em listas de aprovação os candidatos de concurso público que tenham ou não questionado em juízo a seleção. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento a agravo de instrumento da União e manteve decisão que deferiu tutela provisória e permitiu a um candidato a nomeação e posse em concurso público para procurador federal de 2ª categoria.

Logo na primeira fase do concurso, o autor da ação ingressou com pedido de tutela provisória após ser eliminado do certame por uma alteração do gabarito inicialmente divulgado. A tutela provisória foi deferida para assegurar o direito de o candidato continuar no concurso.

Posteriormente, embora o autor tenha participado das demais etapas do concurso, inclusive do curso de formação, e obtido aprovação na posição de 512, a Procuradoria-Geral Federal informou que eventual nomeação e posse no cargo dependeriam de determinação expressa nesse sentido.

Em petição, informou que foi publicada a Portaria 180, de 15 de abril de 2016, nomeando os candidatos aprovados até a classificação 516, não constando nessas nomeações o seu nome. Isso justificou novo pedido de tutela provisória pelo autor, classificado em 512º lugar.

O pedido de tutela foi deferido e determinou a nomeação e posse do autor da ação. "Pelos elementos informativos dos autos, é possível constatar a ilegalidade



apontada pelo autor, na medida em que a ré, conforme o resultado final do concurso em discussão relacionou em duas listagens distintas os candidatos aprovados, a fim de separar da listagem geral os candidatos com resultado final sub judice, utilizando-se inclusive, de duplicidade de classificação para pessoas diversas.”

A União recorreu da decisão, sustentando a impossibilidade de nomeação e posse em caráter precário. Afirmou que “a continuidade sub judice em concurso público (garantindo-se a realização de 2ª etapa em face da anulação de questões da 1ª fase do certame) não possui o condão de garantir a nomeação e posse do autor, mas apenas a reserva de vaga, a ser confirmada e preenchida somente em caso de trânsito em julgado ao autor”.

Acrescentou que o pedido original era apenas para autorizar o prosseguimento do agravado nas demais fases do certame, inexistindo pedido específico para assegurar sua nomeação e posse. Por isso, a União entendeu ser incabível a extensão da liminar para esse fim, sob pena de se tornar irreversível o provimento antecipado.

Ao negar provimento ao agravo de instrumento da União, o relator do processo, desembargador federal Johnson Di Salvo, afirmou ser estranho o comportamento da União em separar os candidatos em duas listas de aprovação/classificação, conforme tenham ou não questionado em juízo a higidez do certame.

“Como foi colocado pelo agravado em sua bem elaborada e eficaz minuta, a consequência agasalhada na interlocutória recorrida (nomeação e posse em caráter precário) era coerente e necessária e está a léguas de configurar exagero na prestação jurisdicional, pois encontra-se em linha de sequência da primeira decisão que prestigiou a insurgência do autor”, finalizou o magistrado. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-3.

Agravo de Instrumento 0009669-96.2016.4.03.0000/SP

Tomando o texto acima como referência, no qual tivemos a concessão de tutela provisória contra a União, aborde o tema “tutelas provisórias” no NCPC, confrontando as espécies de **tutela provisória previstas na Lei 13.105/2015**.

Ao formular a resposta, necessário abranger:

i) conceito e diferenciação das tutelas;

ii) requisitos e características principais.

Meus amigos, é fácil perceber que estamos diante de uma **QUESTÃO FECHADA**, não é verdade? Novamente, convido vocês a responderem a seguinte pergunta:

A banca examinadora está solicitando do candidato alguma ideia a ser defendida ou apenas uma exposição de conceitos e de conhecimentos acerca de determinado assunto?

Cobrou-se do candidato, tão somente, uma exposição de conceitos sobre tutelas. Ademais, há dois tópicos questionadores que delimitarão sua resposta. Estamos diante



de um texto **dissertativo expositivo**. Trataremos das estruturas e dos pontos semânticos na próxima aula.

Vejam os outros exemplos:

(Trabalhado em curso anterior) Redija um texto dissertativo acerca do tema **A Importância da Lei num Estado Democrático de Direito**. Em seu texto, apresente uma possível solução para o Brasil quanto ao cumprimento dos dispositivos legais.

Pessoal, estamos diante de uma **QUESTÃO ABERTA**, perceberam? Mais uma vez, vocês devem responder à seguinte pergunta:

A banca examinadora está solicitando do candidato alguma ideia a ser defendida ou apenas uma exposição de conceitos e de conhecimentos acerca de determinado assunto?

Quando a banca examinadora solicita do candidato uma “possível solução”, significa que há a intenção de extrair do candidato uma opinião pessoal, ou seja, uma defesa de ideia sobre o que está em discussão. Logo, tem-se uma abordagem **dissertativa argumentativa** para esse tipo de comando.

Por fim, gostaria de analisar mais uma questão com vocês:

(Trabalhado em curso anterior) Uma candidata foi convocada para realizar teste de aptidão física de um concurso público cujas fases compreendiam a realização desse teste. Contudo, na data designada, ela estava impossibilitada de realizá-lo, em razão de problema de saúde, comprovado por atestado médico. No edital do concurso público, não havia nenhuma previsão de que qualquer candidato pudesse realizar uma das provas em segunda chamada.

Com base nessa situação hipotética, redija um texto dissertativo que responda, de forma fundamentada, às seguintes indagações:

- Sob que circunstância é admissível realizar o teste de aptidão física em outra data?
- Caso a candidata estivesse grávida à época da realização da prova de aptidão física, seria possível a realização de segunda chamada? Destaque a posição do STF a respeito.
- A jurisprudência no que se refere às grávidas é extensível às lactantes?

A questão apresentou uma **situação hipotética**, com a **presença de personagens** e três tópicos questionadores aplicáveis ao caso. Estamos diante, de um **estudo de caso**.



PASSO 2 – APLICANDO A TÉCNICA DO “BRAINSTORMING”

Para sair da inércia, a solução é começar a escrever. A técnica do “brainstorming” consiste em colocar no papel todas as ideias que vierem à sua cabeça sobre um determinado assunto. Ela é de grande utilidade tanto nas situações em que ocorre o “branco” quanto nos momentos em que nos vem à mente uma avalanche de ideias. No primeiro caso, ela funciona como um verdadeiro “calmante”, permitindo que o candidato resgate todo o conhecimento que possui escondido em seu subconsciente. Já no segundo caso, o “brainstorming” será fundamental para a organização das ideias, evita que informações se percam e permite que, depois, você selecione aquelas que farão parte de seu texto.

O ponto de partida para iniciar uma prova discursiva é prestar bastante atenção no enunciado. **Lembre-se: a prova começa no enunciado!** Não adianta se desesperar. Por vezes, quando você olha a questão, pode até ter a impressão de que não conseguirá resolvê-la. Todavia, isso não é verdade! Basta organizar suas ideias, pois o conhecimento para tanto você tem de sobra. Nesse momento, você deve se fazer a seguinte pergunta:

O que o examinador quer que eu responda?

Procure se colocar no lugar do examinador. Tente pensar como se você estivesse lá corrigindo sua prova. Afinal, quando a questão foi elaborada, muito provavelmente já se pensou em uma possível resposta. E o mais comum em concursos públicos (embora às vezes isso não ocorra) é que a banca examinadora trace uma espécie de roteiro a ser seguido pelos candidatos. Se isso acontecer, vai ficar, em tese, mais fácil. Falamos “em tese”, porque, nesse caso, você deverá seguir esse roteiro à risca, ou seja, responder a todos os tópicos questionadores.

Bom, vamos ver como isso funciona?

Vejam a seguinte questão:

“A segurança jurídica tem muita relação com a ideia de respeito à boa-fé. Se a administração adotou determinada interpretação como a correta e a aplicou a casos concretos, não pode depois vir a anular atos anteriores, sob o pretexto de que os mesmos foram praticados com base em errônea interpretação. Se o administrado teve reconhecido determinado direito com base em interpretação adotada em caráter uniforme para toda a administração, é evidente que a sua boa-fé deve ser respeitada. Se a lei deve respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, por respeito ao princípio da segurança jurídica, não é admissível que os direitos do administrado fiquem flutuando ao sabor de interpretações jurídicas variáveis no tempo.”

Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Direito administrativo. p. 85 (com adaptações).

Considerando que o texto apresentado tem caráter estritamente motivador, elabore uma dissertação a respeito dos atos administrativos e da segurança jurídica no direito administrativo brasileiro, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:



- a) Cite e explique, sumariamente, os elementos de validade do ato administrativo e os critérios para sua convalidação;
- b) Distinção entre ato administrativo nulo, anulável e inexistente.
- c) O controle exercido de ofício pela administração pública sobre os seus atos e o dever de agir e de prestar contas.

Quanto ao comando da questão, vocês já estão “feras”: temos um texto **dissertativo expositivo**.

Antes de qualquer coisa, você precisa enumerar o máximo de informações sobre cada tópico questionador. Na prática, resumidamente, ficaria assim:

1) *Elementos de validade do ato administrativo:*

- *Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.*

2) *Crítérios para convalidação do ato administrativo:*

- *Se o vício estiver no elemento competência (exceto se for exclusiva);*
- *Se o vício estiver no elemento forma (exceto se for essencial à validade do ato).*

3) *Ato administrativo nulo:*

- *Gerado em descumprimento a requisito legal;*
- *Possui vício insanável (finalidade, motivo e objeto);*
- *Não convalidáveis;*
- *Efeito “ex-tunc” em sua retirada.*

4) *Ato administrativo anulável:*

- *Gerado e desacordo cm a legislação;*
- *Possui vício sanável;*
- *Passível de convalidação.*

5) *Ato administrativo inexistente:*

- *Estão fora do ordenamento jurídico;*
- *Contém algum defeito que inviabiliza a produção de efeitos.*

6) *Controles:*

- *Autotutela (a administração deve anular, de ofício ou mediante provocação, ato que contenha vício de legalidade insanável);*
- *Mérito (pode a administração revogar atos legais, por conveniência e oportunidade);*



- *Judicial (apreciação de legalidade e legitimidade dos atos administrativos, examinando sua conformidade ao ordenamento jurídico).*

Seu objetivo, doravante, será escolher a estrutura textual e desenvolver o texto. Faremos isso na próxima aula!

Por ora, vocês apenderam dois grandes passos para a sua prova discursiva: como analisar o comando da questão e a técnica do brainstorming. Ver-nos-emos nas próximas aulas para avançarmos, passo-a-passo, rumo à sua aprovação!

Forte abraço!

Prof. Carlos Roberto



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.